

O Santo Antônio e as mulheres: fé e liderança política na comunidade quilombola do Pratigi (BA)

Fábio Junior da Luz Barros*

Ana Carneiro Cerqueira**

Introdução

Este artigo tem como base a dissertação: memória, festa de Santo, território e alianças políticas: uma etnografia do quilombo do Pratigi (BA), pesquisa e escrita feitas por Barros (2020), que teve como tema central o estudo da formação de um povo quilombola desde da chegada dos *fundadores*¹ Maria dos Santos e seus filhos, Anjo e Faustino Barros, nas terras do quilombo do Pratigi situado no município de Camamu - Baixo Sul da Bahia, até os dias de hoje². Observo, porém, que a citada dissertação deu fruto ao presente artigo, que também foi escrito por mim quilombola da comunidade do Pratigi, Neto de Anjo Barros, bisneto de Maria dos Santos; tendo como parceria na escrita a professora e minha orientadora de mestrado e, atualmente, do doutorado no PPGES/UFSB. O objetivo do presente artigo é analisar como as mulheres da comunidade quilombola do Pratigi em Camamu - Bahia articulam-se com a 'grande e a pequena política' e a partir de quais espaços dentro da comunidade quilombola do Pratigi elas fazem esses movimentos. Para Bezerra (1999), as pequenas políticas são as políticas comunitárias, feitas nas associações, entre parentes, compadres e amigos; já a

* Doutorando pelo Programa de Pós-graduação Estado e Sociedade - PPGES/UFSB e Mestre pelo mesmo programa; Especialista em Ensino Fundamental II e Ensino Médio; Bacharel em Geografia pela UESC, Licenciado em Geografia pela UNOPAR.

E-mail: fabiodebarros02@hotmail.com

** Professora adjunta da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Formada em comunicação social - jornalismo (ECO-UFRJ), possui mestrado, doutorado e pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ). Atualmente é vice-coordenadora do PPGES - UFSB.

E-mail: anacarcer@gmail.com

¹ Observo que no presente artigo, as palavras relativas aos códigos sociais dos nativos estarão demarcadas em fonte itálico para melhor compreensão da escrita.

² Este material é fruto do trabalho de campo realizado de dezembro a janeiro de 2019 e de janeiro a março de 2020 quando foi interrompido pela pandemia da COVID-19 e, concluída via telefonemas e redes sociais durante os anos de 2020. O material serviu para compor a Dissertação intitulada: Memória, festa de Santo, território e alianças políticas: Uma etnografia do quilombo do Pratigi (BA), apresentada ao programa de Pós-graduação em Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), em maio de 2020.

‘grande política’ são as que ocorrem no âmbito Municipal, Estadual e Federal, a política partidária (estatal). No caso do quilombo do Pratigi, existem as relações ‘para cima’, isto é, com o poder executivo municipal e alguns quadros legislativos locais. As mulheres têm papéis preponderantes nesta articulação, promovida sobretudo através da festa de Santo Antônio, da qual elas são as principais organizadoras.

Segundo o censo demográfico de 2010 – do IBGE, Camamu comporta aproximadamente 35.316 habitantes³. No Pratigi, hoje residem aproximadamente 48 famílias que possuem entre si estreita relação de parentesco, amizade e compadrio.

Vale destacar que sou o filho de Antônio Barros – primeiro bisneto de Maria dos Santos e primeiro neto de Anjo Barros, fundadores do quilombo do Pratigi. Meu pai ganhou esse nome em homenagem a Santo Antônio, como forma de pagamento a uma dada promessa ao Santo. Todavia, sobre o objeto de troca dessa promessa não encontrei informação. Ressalto isto para mostrar que nesta pesquisa, eu participo como coadjuvante da própria história do meu povo – os quilombolas da família Barros.

Antes de povoar o Pratigi, os Barros citados acima moravam em um quilombo situado no que é, hoje, o município de Gandu, Sul da Bahia. De primeiro, quando os Barros estavam no outro quilombo, em Gandu, o Santo Antônio – herança da família Barros – pertencia à filha de Maria dos Santos, irmã de Anjo, de Faustino e João Barros. Porém, os pratigienses não sabem contar nada além disso sobre a dona do Santo, eles não sabem se ela fugiu para outra localidade ou foi morta com o ataque do quilombo de Gandu pelos cacauicultores locais⁴.

Durante toda a caminhada, até chegar no Pratigi, Maria dos Santos, Anjo Barros e seus irmãos sempre estiveram com o Santo da família – herança familiar. Nesse percurso, todos arriscaram a vida por causa desse Santo, principalmente Anjo Barros – o filho mais velho. Nesse trajeto, eles trabalharam em várias fazendas, compraram algumas localidades que foram tomadas pelos cacauicultores locais, até conseguiram comprar o Pratigi em 1908 e, em 2008, um século depois, o Pratigi recebeu a certificação da Fundação Cultural Palmares como comunidade quilombola.

Em termos de infraestrutura o Pratigi tem água encanada, proveniente do projeto Estadual Água para Todos, energia elétrica, escola, igreja, tanto evangélica quanto católica, as residências são todas feitas de cimento e concreto, tem também, bares e mercearias. A renda do Pratigi vem das seguintes atividades: pesca, mariscagem e a

³ Ver em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/camamu.html>>.

⁴ Para entender melhor essa violência no Sul da Bahia envolvendo os grandes fazendeiros de cacau, ler o livro: AMADO, Jorge. **Terras do sem fim**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

roça, principalmente o cultivo de cacau, contudo, a maior base econômica está ligada a aposentadoria rural. Em estudo sobre o quilombo de Cambará – RS, Mello (2012, p. 23) menciona que os aposentados “[...] asseguram a posse da terra permanecendo no local enquanto outros parentes vivem em centros urbanos”. Segundo Barros (2020), isto também ficou evidente no quilombo do Pratigi, lócus da sua pesquisa.

A festa na comunidade quilombola do Pratigi é dedicada a Santo Antônio e ocorre no mês de junho, do dia primeiro ao décimo terceiro dia do mesmo mês. Esta festa tem fortes relações com a política municipal. Observo que segundo Barros (2020), os pratigienses fazem festa porque eles gostam e reverenciam o Santo Antônio e acreditam realmente no poder divino deste, mas por via desta festa eles fazem *as políticas*. Para Chaves (2003, p. 68) “[...] a festa neste âmbito proporciona o convívio concreto e multívoco entre o político e eleitor”. No caso do Pratigi, as relações entre política e festas vai além do público eleitor. Reúnem-se alguns políticos partidários municipais (executivo e legislativo); chefes de família; presidentes de associações; pessoas que tomam conta das igrejas nas comunidades próximas, ou seja, as lideranças locais se fazem presentes. Além disso, as pessoas dessas comunidades, através das festas, se visitam reciprocamente o ano inteiro, já que a festa do Pratigi faz parte de um circuito festivo que ocorre entre os quilombos, os quais Barros (2020) chama de Sistema de Quilombos Sul Camamu – SQSC; ou seja, os quilombolas que integram a parte Sul de Camamu e que mais interagem entre si; são eles: Pratigi, Pedra Rasa, Tapuia, Garcia e Porto do Campo. Assim, essas visitas acabam ajudando, como escrevem Filho, Cardoso e Alencar (2018, p. 113), na “[...] compreensão da construção dos laços de fidelidade e de confiança existentes dentro destas comunidades e entre elas”. Ou seja, os laços de amizade e solidariedade recíproca se firmam e, assim, criam territorialidades constitutivas de todas as comunidades citadas. Nesse processo dinâmico, as mulheres têm papel importante: tomam conta do Santo Antônio e da Igreja.

A festa de Santo Antônio via de estratégias políticas no Pratigi

O ápice da festa de Santo Antônio do Pratigi ocorre no décimo segundo dia e décimo terceiro dia, quando ocorrem a missa e a festa profana. A *festa religiosa* é organizada por mulheres e a *festa profana*, por homens. Esta última é frequentada à noite por jovens que vêm das localidades próximas; já durante o dia, principalmente no dia de Santo Antônio [missa], encontram-se na festa alguns empresários locais, alguns vereadores, principalmente os que ajudaram na organização da festa, se faz presente também o prefeito ou prefeita municipal, como também os vereadores (as) locais; estes últimos geralmente vão para missa e prolongam-se no Pratigi até o início da festa profana, visitando algumas casas e conversando com os participantes da festa; o

executivo, por outro lado, geralmente fica somente durante a festa religiosa (missa) e, em seguida almoça juntamente com a comitiva na casa do cabo eleitoral que o apoiou ou na casa de uma das organizadora da festa religiosa.

As comidas dadas durante a festa têm um papel importante nas relações dos pratigiense com pessoas *de fora*, pessoas que não pertencem a família Barros. O almoço e a comida que são dados na festa são destinados a pessoas que têm uma forte relação de *amizade* com o povo do Pratigi. São chamadas dentro de casa para comer, geralmente aos mais velhos de Tapuia, Pedra Rasa, Matapera e, às vezes, do Distrito de Barcelos do Sul. Essa relação, como disseram Palmeira e Heredia (2010, p. 116) “[...] supõe uma reciprocidade, segundo a qual os que dão também recebem. Assim se relacionam parentes e vizinhos. É a retribuição que garante a continuidade de uma relação estabelecida nas bases de uma troca entre iguais”. Ou seja, a mesma prerrogativa é o que possibilita, às várias comunidades, um sentido de “unidade política, simbólica e territorial” (FILHO; CARDOSO; ALENCAR, 2018, p. 113).

Carneiro (2013), em etnografia realizada no Sertão de Minas Gerais, mostra a casa, sobretudo a cozinha, como um local de circulação de informação, de conversas e de aprendizado, cujo ritmo é gerido pela hospitalidade de quem recebe. Tal hospitalidade no Pratigi serve para aproximar os povoados da região e, além disso, saber o que se passa com determinadas famílias. Sobre essas visitas, *no tempo de primeiro*, a entrevistada Antônia Barros (2020) nos conta que “[...] ali todo mundo dava café; dava almoço; dava janta... tudo ali o pessoal chegava pra festa. O pessoal não comprava comida pra comer não. O pessoal dava”⁵⁶. Muitas vezes, é no aconchego da casa à base de café que as pessoas traçam relações políticas que vão impactar em todo sistema político comunitário. As mulheres têm fortes ligação a essa *política*, visto que nesse momento privado elas aproveitam para falar. Heredia e Palmeira (2010) afirmam que a política partidária é externa, logo masculina. Mas notamos que no Pratigi as mulheres falam e interferem também, sob certas circunstâncias.

Quando eu residia no Pratigi, na época da festa, a casa dos meus pais, Antônio Barros e Maria Raimunda da Luz, vivia cheia de pessoas das localidades para comer, beber e conversar. Os meus pais, como quase todos Pratigienses sempre matavam animais e estocavam comida, como explica Antônia Barros (2020):

⁵ Foram usados nomes fictícios para os entrevistados (as) que compõe este artigo com o objetivo de preservá-los politicamente e socialmente. Deixar claro que as entrevistadas que compõe este artigo são netas de Anjo Barros; exceto Juciele que faz parte da família Justino. Esta família ajudou a comprar e povoar o Pratigi juntamente com os Barros.

⁶ As entrevistas postas aqui foram retiradas da pesquisa de campo para a composição da dissertação escrita por Barros (2020).

[...] o pessoal daqui mesmo do pratigi matava porco, se tivesse de matar boi matava; não tivesse, comprava a carne de boi. Agora o porco já sabia, todo mundo que criava porco matava. Ninguém se preocupava com comida quando chegava no Pratigi, todo mundo comia.⁷

Nessa época, na casa de meu pai, vinham os compadres da Pedra Rasa, do Outeiro, de Tapuia, de Barcelos, Cajazeira e etc., e dentro de minha casa falavam de outras visitas. Ou seja, quando um *chefe de família* recebia vários convidados durante a festa, o povo media e mapeava a qualidade das suas relações, e portanto da sua reputação, pela quantidade e duração das visitas. Carneiro (2013, p. 202) afirma, inspirando-se em seus interlocutores sertanejos, que “[...] “é nas casas que o povo conversa”, quando a comida acompanha o causo no prazer que um e outro propiciam, testemunhando as boas relações que esta dupla oferta supõe”. No Pratigi, durante a Festa de Santo Antônio, as mulheres são responsáveis tanto por, muitas vezes, convidar e levar as lideranças políticas para seus lares como também servir a comida e bebidas. Pode-se dizer que esse momento da festa é crucial para “[...] promover renovação moral, recriação do mundo e, por este meio, renovação da aliança entre os grupos” (FILHO; CARDOSO; ALENCAR, 2018, p. 114). A festa tem esse poder tanto para com os membros externos, quanto com relação aos moradores da comunidade quilombola do Pratigi. No caso entre os moradores, a organização festiva requer fortes vínculos e relações políticas internas, a ponto de Teixeira (2011) chamar este momento de “ato político comunitário”. Quanto aos membros externos são feitas relações com alguns políticos partidários, como também com certas lideranças locais, renovando, desse modo, as alianças e os vínculos políticos através da festa. Vejamos o exemplo dado por Barros (2020) da recepção pratigiense à comunidade quilombola vizinha, Tapuia: o citado quilombo foi convidado pela Igreja do Pratigi a participar da trezena ao Santo e, na data estipulada, o povo de Tapuia chegou em um ônibus e caminhão *pau de arara* na comunidade. Ao desembarcarem, alguns pratigienses os cumprimentaram dando risadas, *badernando*, ou seja, brincando aos risos, geralmente em meios a alguns casos antigos, perguntando por parentes conhecidos que não puderam estar presentes, elogiando a aparência de alguns e *resenhando* outros (*resenhar é uma brincadeira alegre que pode ser crítica ou conselheira*). Em seguida, o responsável pela igreja de Tapuia procura as organizadoras da igreja pratigiense e entrega os fogos e as velas para acenderem em homenagem ao Santo Antônio. Após isso, se acomodaram na igreja e começaram a novena. Após a novena, as mulheres convidam alguns mais velhos e

⁷ As entrevistas postas aqui foram transcritas literalmente como foram narradas ao entrevistador.

conhecidos para irem em suas casas tomarem café, comer algo ou beber... esses convites são feitos em muitos casos por mulheres, porque são elas que mais frequentam a Igreja, os homens ficam mais em casa ou em bares locais. Contudo, o homem espera o convidado em casa e lá ambos podem conversar à vontade com os convidados. Desse modo, a festa do Pratigi é feita porque eles gostam, como já foi pontuado por Barros (2020), mas por essa via eles tecem relações e, as mulheres são peças impares para tal tessitura a partir da igreja.

O Santo Antônio e as mulheres: a união política

A dimensão política do cuidado do Santo Antônio pelas mulheres quilombolas do Pratigi é nítido para um bom observador que passe algum tempo na comunidade. Isto se evidencia de várias formas, envolvendo religiosidade, etnicidade e moralidade, como mostrarei ao longo dessa subseção.

Quando os Barros compraram e ocuparam as terras do Pratigi, ficaram responsáveis pelo santo e pela igreja Maria dos Santos, Dona Santa, Anjo Barros, Tidu Barros, filha de Anjo Barros e Dona Santa. Esses eram os encarregados pela organização da festa religiosa. Nessa organização, Anjo Barros era o responsável por convidar os padres e ir buscá-los de canoa em Maraú, um município próximo, a Barcelos do Sul ou, às vezes, no Amba - povoado pertencente ao município de Igrapiúna-BA, onde também ocorre uma festa dedicada a Santo Antônio. Além disso, Anjo Barros, juntamente com as mulheres, faziam os leilões para arrecadação de dinheiro destinado a composição da festa.

Quando Tidu era jovem foi enviada para outra comunidade para aprender a ler e a escrever e, assim, poder zelar pela Igreja e pelo Santo quando as mais velhas morressem. Porém, por questões de briga de terra com um fazendeiro local, Tidu resolveu sair do Pratigi e ir morar em Feira de Santana-BA. Já no leito de morte, Anjo Barros (1954) passou para Valentina essa responsabilidade de tomar conta do Santo e da Igreja. Valentina tratou de dividir o cargo com suas irmãs Eugenia e Emília. Ao assumir a responsabilidade de tomar conta do Santo, tornaram-se reconhecidas como líderes do quilombo do Pratigi, visto que mandavam limpar os *rumos*, ou seja, as divisas geográficas das terras pratigiense, arrecadavam e pagavam o Imposto Sobre a Terra - ITR, faziam as festas profanas e religiosas. Enfim faziam e geriam “o território”⁸.

⁸ Para maiores informações consultar a Dissertação de: BARROS, Fábio Junior da Luz. **Memória, festa de Santo, território e alianças políticas**: Uma etnografia do quilombo do Pratigi (BA). 188 p. Dissertação (Mestrado em Estado e Sociedade) – Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), 2020.

Com base em Almeida (2008, p. 23) a respeito das “formações históricas”; pode-se dizer que as tarefas descritas acima são alguns dos processos que servem para demarcar e definir a etnicidade dos grupos, as especificidades das ocupações dos territórios, fatos que as mulheres quilombolas do Pratigi exercem. E esse caráter singular da etnicidade, que norteia a política de demarcação territorial, tem a ver com a memória. Como notam Arruti (2006) e Mello (2012), que a memória tem papel central nas reivindicações baseadas em termos jurídicos porque participa da paisagem assimilada como presente e passado ao mesmo tempo.

[...] lidas na paisagem, na história de espoliações de suas terras, as descrições das relações de trabalho vividas no “regime de criação” onde vemos manifestas as marcas da “cor” nas relações de poderes entre negros e brancos, as histórias de “apreciações” que embaralham os muitos tempos vividos pelos homens e mulheres e assimilam as sujeições vividas no pós-escravidão ao tempo da escravidão; enfim, todas essas narrativas vão conformando argumentos de “ordem moral”, formulando noções de justiça e não podem ser lidas em uma chave instrumental unicamente para atender a fins políticos (MELLO, 2012, p. 15).

O Santo Antônio e sua festa também atualizam, a cada ano, relações de outros tempos e espaços. O’dwyer (2011, p. 112) afirma que “[...] a ideia de espaço territorial não é estranha à reflexão antropológica que procura relacioná-lo à existência de outra série de espaços: sociais, de trocas, colonial e pós-colonial, do Estado-nação, linguísticos, culturais e religiosos”. Podemos acrescentar que, no Pratigi, a festividade promove e mantém o espaço de proteção do território da comunidade. As mulheres pratigienses, graças às duas atividades de cuidado e arrumação, responsáveis por *guardar o santo*, são os principais agentes da dinâmica de constituição dessa territorialidade, mesmo que sejam consideradas, historicamente e nos relatos orais, como coadjuvantes nesse processo.

Emília Barros morreu em meados dos anos 1990 e Eugenia Barros veio a óbito no início dos anos 1980. Por fim, só restou Valentina, que faleceu no final dos anos 2000. Quando Valentina *estava para morrer*, como contam, ela “entregou a ‘capa’ à Maria de Lurdes (Biuca), filha de Valentina,” (JUCIELE, 2020). Hoje, Maria de Lurdes é quem toma conta e é responsável pela organização da festa religiosa. Quando se diz que vai “*passar a capa*” no Pratigi, quer dizer que vai *tirar a responsabilidade das costas* e vai passar para outra pessoa. Por exemplo, um cidadão viaja e deixa outra pessoa responsável por determinado objeto, ele está com a capa da responsabilidade sobre tal coisa, logo quando o dono retorna, às vezes, eles dizem assim: – “ainda bem que passei aquela capa

de volta”, ou seja, capa significa responsabilidade. Tal responsabilidade se aplica a qualquer utensílio que esteja sobre os cuidados de alguém. Costuma-se dizer, sobre variados temas, “eu que não quero saber de pegar aquela capa”. Trata-se de uma expressão usada quando alguém quer se eximir da responsabilidade sobre algo. A tarefa de cuidar do Santo e da Igreja exige que várias pessoas exerçam essa função, desse modo, sempre ficam responsáveis, na centralidade, três pessoas gerido, geralmente mulheres, contudo, são auxiliadas por quase todas as outras do centro do Pratigi. Para ter uma ideia, por mais de um século, o Pratigi só teve três equipes de líderes desde a sua fundação até o momento para cuidar do Santo e da Igreja, ou seja, *comandar* a festa religiosa local. No quilombo do Pratigi, *comandar*, neste caso, quer dizer *tomar conta da Igreja e do Santo Antônio*, ou seja, em partes gerir o território quilombola do Pratigi, mas *comandar* se aplica a tudo que o exija responsabilidade dos pratigiense. Desse modo, segundo Barros (2020), a primeira equipe a *comandar* a igreja foi composta por Maria dos Santos, Anjo Barros, Dona Santa e, depois, Tidu;⁹ a segunda era composta por Valentina, Emília e Eugenia, e a atual é formada por Diana, Maria e Maria de Lurdes. Todas essas formações de *comando* são de mulheres diretamente ligadas aos fundadores do Pratigi.

Dealdina (2020) está correta ao dizer que a mulher quilombola tem um papel fundamental na transmissão e na preservação das tradições locais, como na agricultura, na pesca, na festa e etc.; ou seja, na gestão territorial. A autora Dealdina (2020, p. 37), afirma que as mulheres quilombolas são “[...] guardiãs das tradições culturais afro-brasileiras, do sagrado, do cuidado, das filhas e filhos, das e dos griôs, da roça, das sementes, da preservação de recursos naturais fundamentais para a garantia dos direitos”. Isto, no Pratigi, é ensinado desde cedo às crianças, que participam das atividades organizativas da festa: ensaiam coreografias para apresentar na Igreja, ornamentam a igreja com flores. Embora as crianças do sexo masculino façam também todos os trabalhos que as meninas e vice-versa, mas no Pratigi, geralmente essas responsabilidades serão passadas para as jovens mulheres.

Essas mulheres à frente da igreja são responsáveis por organizar a festa religiosa: coordenar as trezenas; escolher quais comunidades locais serão convidadas para participar da festa religiosa; enviar ofícios para a paróquia municipal solicitando o padre para conduzir a missa; arrecadar o dinheiro doado pela comunidade mensalmente e

⁹ Tidu é a filha de Anjo Barros com Dona Santa, e só começou a se envolver nos afazeres da igreja depois de adulta. Na formação das lideranças ela aparece depois, mas foi uma grande protagonista, visto que ela foi a primeira pessoa que aprendeu a ler e a escrever da comunidade. Era quem rezava nas trezenas a partir da Bíblia e, também, a primeira a sair do Pratigi para morar em outra localidade se mudando para Feira de Santana – BA nos anos de 1940 a 1950.

pelas ofertas nas missas; no investimento em obras na Igreja, e na manutenção da limpeza e ornamentação da Igreja com flores, além de mantê-la sempre aberta nos fins de semana e, sobretudo, compor o calendário das festas religiosas. É bom observar que quando as responsáveis, juntamente com as instâncias decisórias da Igreja Católica, reorganizam o calendário das festas religiosas, eles mexem com a economia local. Houve, por exemplo, uma época em que a festa profana acompanhava os dias da festa religiosa, ou seja, se o dia de Santo Antônio fosse uma segunda-feira, a festa profana também ocorria nesse dia. Os comerciantes não gostavam, porque se o dia 13, dia e Santo Antônio e ápice da festa religiosa, fosse uma segunda-feira, a renda seria pouca pelo fato de que nem todos teriam disponibilidade para frequentar as festas em *dia de trabalho*. Atualmente, a festa ocorre da seguinte forma: a missa é celebrada no dia do Santo, 13 de junho, e a festa profana nos finais de semana.

As mulheres no meio da política

O Pratigi teve três igrejas dedicadas a Santo Antônio. A primeira foi a *capelinha*, construída por Maria dos Santos e Anjo Barros logo que chegaram no Pratigi. As outras duas igrejas tiveram como responsáveis pela construção Valentina, Eugenia e Emília. Antônia (2020), explica da seguinte forma:

[...] depois, quando Anjo Barros morreu, aí a gente foi correr atrás pra fazer a igreja ali onde é o cruzeiro, a gente andemo por esse Cundururu todo. Era o Cundururu, Ponta da Caeira, Pedra Rasa. Tudo a gente andou, pra ajuntar dinheiro pra fazer a igreja pequena dali onde é o cruzeiro. A gente não vendia nada não, a gente saía com a lista; saía com a lista pelas casas, oi, dia de domingo. Tinha um bocado de moça e rapaz, aí a gente saía aquela turma, aí 'hoje a gente vai pra Pedra Rasa', quando era no outro domingo, 'hoje a gente vai pro Cundururu', aí a gente ia pro Cundururu. Era assim, a gente andemos por aí tudo pra tirar dinheiro pra fazer aquela igreja do cruzeiro (ANTÔNIA, 2020).

Vale ressaltar que, das duas primeiras igrejas construídas, nenhuma teve incentivo público ou da Igreja Católica. Quem as ergueu foi o povo do Pratigi em mutirão financiado com os próprios recursos. Já a terceira igreja, que existe até os dias atuais, foi construída nos anos 1980, com incentivo financeiro do poder público. Na época, o prefeito de Camamu era casado com uma mulher da Cabana, um dos núcleos territoriais do Pratigi. Além disso, Valentina tinha fortes ligações de compadrio e amizade com o prefeito, e mobilizou a população pratigiense para manifestarem pedidos de ajuda do poder público para a construção da Igreja. Em meados dos anos 1980, foram feitas

reuniões entre lideranças do Pratigi e o prefeito para enfim consolidar a construção da Igreja e de outros bens público na comunidade quilombola do Pratigi.

Segundo me relataram, nessas ocasiões as pessoas davam ao prefeito muitos presentes como galinha, quiçare, aipim, camarão seco, coco etc. Com base nessas relações, foram-se fazendo pressão até que se construíssem, na sede do Pratigi, uma escola do ensino fundamental I, a instalação da luz elétrica e a última Igreja. A partir da implementação da igreja católica no Pratigi, as mulheres constituíram seu lugar de fala dentro da comunidade, ou seja, em grande medida essas ações as constituem como “sujeito” ou “voz” de deliberações coletivas cruciais para a vida comunitária, seus ciclos anuais, seus arranjos morais e relacionais, sua memória coletiva.

Na dissertação de Gomes (2020) sobre as marisqueiras de Belmonte, a autora tenta compreender como a produção da “brincadeira” do Samba de Roda das Marisqueiras se relaciona com a noção de “luta”, como uma prática política empenhada para viabilizar a continuidade do “viver da pesca” da comunidade tradicional de pescadores da Biela, Bairro de Belmonte, cidade do Litoral do Sul da Bahia. Nessa pesquisa a autora mostra como as mulheres, via associação de marisqueiras e pescadoras, usam o samba de roda para encampar as lutas, reivindicações e, também resolver problemas relacionados à comunidade que elas pertencem. O mesmo ocorre no Pratigi, as mulheres estão sempre empenhadas nas lutas. No livro organizado por Dealdina (2020), intitulado “Mulheres quilombolas: territórios de existências negros femininos”, as autoras - todas quilombolas - mostram ao longo da escrita que, apesar de estarem sempre na invisibilidade social para a sociedade que as envolve, sempre estiveram ativas na vida política do cotidiano, geralmente cuidam da saúde espiritual, física e também da educação informal dentro do quilombo, embora pareçam estar fora do que se costuma identificar como *jogo político*.

No Pratigi, essa relação com o fazer político é muito nítida, uma vez que as mulheres, a partir da *responsabilidade* sobrea Igreja e o Santo, por exemplo, tratam das políticas cotidianas relacionadas ao quilombo, seja externamente ou internamente, como mostrado acima. Essa visibilidade comunitária das mulheres emana fortemente de suas responsabilidades no Pratigi: cuidar do Santo Antônio. Como disse Dealdina (2020), elas são responsáveis por cuidar de quase tudo dentro do quilombo, por exemplo: da saúde espiritual, física e também da educação informal. Além disso, o cuidado com o Santo e a Igreja são linhas condutoras de memórias comuns às pessoas do Pratigi e, como escreveu Mello (2012, p. 63), “[...] a formação dos grupos étnicos se dá por meio de apelos de um passado comum e de reivindicações de uma história específicas”.

A última realização feita por essas mulheres diretamente para a Igreja foi, no final da década de 2000, construir belos e majestosos altares para Santo Antônio. Na década de 2010, Valentina veio a óbito, passando a *responsabilidade* de tomar conta do Santo para Biúca, a sua filha mais nova. Hoje esta última é responsável por organizar a vida religiosa na comunidade, juntamente com Diana e Maria. Note-se, contudo, que essa *responsabilidade* é dividida com todas as outras mulheres habitantes do centro do Pratigi, *como manda a tradição*. Isto quer dizer que essas lideranças não são estáticas, a qualquer momento pode-se *passar a responsabilidade* para outras mulheres da sede da comunidade.

Considerações finais

A época em que o Pratigi mais precisou de lideranças foi quando Anjo Barros morreu, no ano de 1954, e quem liderou foram três mulheres, as filhas de dona Santa e Anjo Barros: Valentina, Eugenia e Emília. Essas mulheres cuidavam de tudo no território pratigiense, como narra Antônia (2020): “Aí minha tia Valentina mais minha mãe (Emília), qualquer coisa que tinha aqui no Pratigi era mãe e Titina (Valentina) quem resolvia. Qualquer coisa. Negócio de terreno, de alimpar rumo qualquer coisa”. Eram essas mulheres que tomavam conta da igreja e cuidavam do Santo Antônio, logo quando Dona Maria dos Santos morreu, e em seguida Anjo Barros.

Na comunidade quilombola do Pratigi, quem *zela pela Igreja e pelo Santo* tem uma grande responsabilidade para com todo o *povo pratigiense*. O Santo proporciona aporte para que as mulheres tenham voz nas políticas intra e intercomunitária pratigiense. Por essa via, as mulheres se articulam politicamente, seja com a Igreja Católica, na qual elas tratam diretamente com os padres (paróquia de Camamu), ou com os políticos partidários, principalmente os prefeitos (as). Estes (as) costumam ir somente para a festa religiosa e, então essas mulheres têm contato direto com eles. Nessas ocasiões ocorrem as famosas *conversas ao pé do ouvido*, nas quais as organizadoras da festa assumem voz importante, uma vez que são um dos primeiros grupos da comunidade a conversar privadamente com os políticos, ao convidá-los para comer e beber café em suas residências. Isso ocorre, outrossim, com alguns vereadores e com as pessoas mais velhas, notoriamente influentes ou lideranças de outras comunidades locais.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

Mulheres, resistências e direitos fundamentais

O Santo Antônio e as mulheres: fé e liderança política na comunidade quilombola do Pratigi (BA)

DOI: 10.23899/9786589284352.4

ARRUTI, José Mauricio. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

BARROS, Fábio Junior da Luz. **Memória, festa de Santo, território e alianças políticas**: Uma etnografia do quilombo do Pratigi (BA). 188p. Dissertação (Mestrado em Estado e Sociedade) – Universidade Federal do Sul da Bahia, 2020.

BEZERRA, Marcos Otavio. Políticos “Locais” e o Acesso à “Grande Política”: recursos federais e “compromissos” políticos. **Cadernos do NuAP 2**, Rio de Janeiro, 1999.

CARNEIRO, Ana. “Os rumos da prosa: parentes chegados, primos cunhados”. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 44, n. 2, p. 196-215, 2013. Disponível em:

<http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/9072/1/2013_art_acarneiro.pdf>. Acessado em: 25 jun. 2021.

CHAVES, Christine de Alencar. **Festas da política**: uma etnografia da modernidade no sertão (Buritis/MG). Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003. 171 p.

DEALDINA, Selma dos Santos. Mulheres quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e desmaterializando a política. In: DEALDINA, Selma dos Santos (Org.). **Mulheres quilombolas**: território de existências negras femininas. 1. ed. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020. p. 168.

FILHO, Petrônio M. L.; CARDOSO, L. F. C.; ALENCAR, E. Festas de santo, território e alianças políticas entre comunidades quilombolas de Salvaterra, Marajó, Pará, Brasil. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 13, n. 1, p. 109-128, 2018. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v13n1/1981-8122-bgoeldi-13-1-0109.pdf>>. Acessado em: 15 dez. 2019.

GOMES, Paula Pimenta. **Samba de Roda das Marisqueiras**: Corpos e Instrumentos em Luta. Dissertação (Mestrado em Estado e Sociedade) – Universidade Federal do Sul da Bahia, 2020.

MELLO, Marcelo Moura. **Reminiscências dos quilombos**: território da memória em uma comunidade negra rural. São Paulo: terceiro nome, 2012.

O'DWYER, Etnicidade e direito territoriais no Brasil contemporâneo. **Iberoamericana**, ano 11, n. 42, p. 111-126, jun. 2011. Disponível em:

<https://www.jstor.org/stable/41677370?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acessado em: 28 jul. 2019.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz, M. de. **Política Ambígua**. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2010, p. 189.